

Mário Veiros, Câmara do Comércio de São Jorge

“Subsídio para as rotas de Montreal e Nova Iorque é uma afronta”

A Câmara do Comércio da Ilha de S. Jorge considera “uma afronta” os 734 mil euros atribuídos pelo Governo dos Açores à Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo para promover as rotas de Montreal e Nova Iorque, operadas pela SATA, com destino à ilha Terceira.

Reagindo à notícia que o Diário dos Açores publicou na edição de anteontem, Mário Veiros, Presidente da Câmara do Comércio de S. Jorge, afirmou que “para combater a crise que São Jorge atravessa, apresentou-se uma medida tão ineficaz e desadequada, como o Voucher de 35,00 euros, cabimentado em 330.000 euros, que se publicita como um sucesso, quando foram executados apenas cerca 14.000 euros, por 414 turistas! Ao passo que se atribui a uma Associação Empresarial, o dobro, para promoção de duas rotas aéreas”.

A atribuição da verba à Câmara do Comércio terceirense deixou as outras Câmaras do Comércio da região surpreendidas porque o governo não adoptou o mesmo critério para com as outras associações empresariais.

“Notamos que compensa a verborreia e a truculência e que infelizmente parece ser esse o caminho aberto, o de cada ilha competir



pelo maior pacote promocional possível, em guerra com as restantes, com claro prejuízo para o destino Açores em geral, mas com determinadas instituições inebriadas com as suas vitórias de guerrilha, incólumes ao declínio da vizinhança”, declara Mário Veiros, que não esconde o protesto por tal decisão do Governo Regional..

O líder dos empresários jorgenses discorda que a promoção turística seja efectuada isoladamente por cada ilha, defendendo que, “em casos esporádicos,

como na crise que São Jorge enfrenta, é compreensível, desde que complementarmente à marca Açores. Agora, como estratégia de construção de um destino, parece-me ineficaz, contraproducente e, fundamentalmente, irá agravar as desigualdades entre as ilhas com poder reivindicativo em detrimento das restantes”.

E remata: “Não resta qualquer dúvida, até pelo episódio que defrontamos em São Jorge, face à eficácia e à profundidade das medidas apresentadas, que as pequenas ilhas serão simplesmente ignoradas”.

Sobre as perspectivas para este Verão em S. Jorge, Mário Veiro conclui ao Diário dos Açores que, “quanto ao Voucher, que no mês passado foi utilizado por 414 pessoas, representou uma contribuição de cerca de 14.000 euros, para a ilha como um todo, quando há empresas que registaram cancelamentos superiores a 60.000 euros. Da mesma forma, no Apoiar.pt, a abrangência da medida é muito reduzida, poucas foram as empresas que terão reunido condições de se candidatar, com um impacto muito reduzido do montante a aplicar nas empresas da ilha, face ao volume de cancelamentos que perpassaram pela generalidade dos empresá-

rios jorgenses”.

ATA e Horta também contra

O Presidente da ATA, Carlos Morais, também reagiu à decisão do Governo Regional, classificando-a de “inquietude” e acrescentando que “não é uma situação normal, porque outras associações têm o mesmo direito”.

Reivindicando que a ATA é a entidade verificada para a promoção dos Açores, Carlos Morais revelou que foram pedidas explicações ao governo, estranhando que esta situação surja quando o próprio governo deu a entender que iria regressar à ATA.

Por sua vez, o Presidente da Câmara do Comércio da Horta, Francisco Rosa, diz que “estão a destruir o destino Açores” e a “dar tiros para o ar” com esta medida de apoiar apenas uma Câmara do Comércio.

“Estão a fragmentar os Açores, tornando-se uma promoção sem qualidade e sem estratégia”, afirma”, acrescentando que se não houver uma acção concertada, o turismo nos Açores vai dar para o torto.

A Câmara do Comércio de Ponta Delgada reuniu ontem à tarde para tomar posição.

Derrogação para as RUP no sector marítimo aprovada no Parlamento Europeu

Sara Cerdas, eurodeputada do PS, saudou ontem a adopção, pelo Parlamento Europeu, da derrogação para as Regiões Ultraperiféricas (RUP) para o sector marítimo.

“Vencemos mais uma batalha nesta transição verde, com vista à sustentabilidade, e ao fazê-lo conseguimos proteger as RUP”, disse a eurodeputada.

O Parlamento Europeu aprovou a derrogação que salvaguarda as Regiões Ultraperiféricas (RUP) na transição climática e energética do setor marítimo, na proposta de regulamento do Comércio Europeu de Licenças de Emissão (ETS), no âmbito do pacote legislativo “Fit for 55”.

Sara Cerdas considera que esta derrogação é essencial para salvaguardar a coesão territorial e uma transição justa, sobretudo face ao facto da Comissão Europeia não ter previsto qualquer

tipo de regime especial para as RUP na sua proposta inicial.

“Embora esta não seja uma exceção total para as RUP, pois tem uma data limite em 2030 e algumas limitações geográficas, garante mais flexibilidade e tempo de adaptação à transição verde”, comenta.

Os eurodeputados já se tinham pronunciado sobre esta derrogação na anterior sessão plenária em Estrasburgo, tendo a mesma sido bem-sucedida; porém, a proposta de regulamento do ETS foi rejeitada na globalidade pela maioria dos deputados, pelo que retornou à Comissão especializada para renegociação.

A emenda que pedia a derrogação para as RUPs foi mantida no relatório final, entretanto aprovado na actual sessão plenária.

“Gostaríamos [os deputados a representar as RUP] de ter assegurado



uma derrogação mais ampla, que garantisse mais protecção e consideração pelas especificidades destas regiões, daí que na anterior sessão plenária tenhamos dado o nosso apoio a outras propostas de alteração que o garantiam.

No entanto, no âmbito das negociações, teve-se em consideração as exigências de outras regiões europeias e, portanto, tivemos de encontrar um acordo aceitável para todos”, explica

Sara Cerdas.

A derrogação, na posição do Parlamento sobre a revisão do Sistema de Comércio de Licenças de Emissão da UE, em específico o transporte marítimo, estabelece que as companhias podem devolver menos 55% de licenças de emissão no que respeita às emissões que ocorram até 2030, provenientes de viagens entre um porto situado numa região ultraperiférica de um Estado-Membro e um porto situado no mesmo Estado-Membro, incluindo entre ilhas das RUP e entre RUP.

Adicionalmente, a Comissão Europeia, até 2027, terá que apresentar um relatório ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre o impacto do término desta derrogação para o transporte marítimo de e para as RUP, que se espera que analise quais as diferentes necessidades destas regiões e como garantir que não são deixadas para trás.